

Ulysses defende o regime presidencialista

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, 70, propôs ontem a "adoção de temperos parlamentaristas no sistema presidencialista brasileiro". A sugestão foi feita durante almoço que Ulysses ofereceu a um grupo de jornalistas no restaurante Piantella. Defendendo o presidencialismo, Ulysses afirmou que os Estados Unidos "são muito mais parlamentaristas do que o Brasil." Lá, os secretários do presidente — cargo equivalente ao de ministro — são aprovados pelo Congresso.

No almoço, o deputado anunciou que estava prorrogando de 23 de abril para 6 de maio o prazo de apresentação de projetos à nova Constituição pelos constituintes e que não haverá receso dos trabalhos em julho. Segundo ele, quando o projeto da Constituição for a plenário, haverá sessão três vezes por dia, inclusive aos fins-de-semana. Aproveitando o almoço, distribuiu uma pasta, também entregue aos constituintes, com minuciosas informações sobre o que determinam as Constituições de outros países em relação ao Executivo, direitos humanos, Forças Armadas etc.

A atitude de Ulysses foi entendida como uma tentativa de recuperar o comando dos trabalhos do Congresso constituinte. No último mês, o deputado ficou ofuscado pela escolha do senador Mário Covas para a liderança do PMDB em plenário, a composição das comissões e a eleição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-MT) para relator da Comissão de Sistematização.

"Tenho confessadas simpatias pelo presidencialismo — disse Ulysses — mas respeito o parlamentarismo". O deputado lembrou que foi ministro da Indústria e Comércio do primeiro gabinete parlamentarista, em 1961, do qual Tancredo Neves era o primeiro-ministro.

Segundo Ulysses, "o tempero parlamentarista" que propõe pode se concretizar em quatro pontos. O Poder Executivo contaria com um "ministro coordenador" que teria

participação na elaboração de projetos de lei no seu envio ao Congresso, ficando responsável pela articulação com o Legislativo. Esse ministro poderia ser derrubado por um voto de desconfiança da Câmara. Alguns altos funcionários do Executivo, com o procurador-geral da República, nomeados hoje livremente pelo presidente, teriam que ser aprovados pelo Congresso.

As comissões da Câmara e Senado teriam o poder de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) para convocar ministros. E os ministros seriam obrigados a responder, em trinta dias, a qualquer pedido de informação de parlamentares. Se o prazo não for respeitado, o parlamentar poderá pedir à Mesa a instalação de um inquérito contra o ministro por crime de responsabilidade.

"Quando penso no parlamentarismo — disse Ulysses — penso em como ficará o Funrural a cada mudança de ministro ou de gabinete". Segundo ele, o Brasil não possui ainda uma máquina administrativa que seja imune à mudança de governos. "Muitos ministros poderão cair por causa do Funrural ou o Funrural vai mudar sua política a cada troca de ministros. Ainda não temos uma burocracia que seja independente e imune a essas mudanças".

De bom humor, Ulysses lembrou que a maioria dos países que adota o parlamentarismo são Estados unitários, como França, Inglaterra e Itália, e não federativos, como o Brasil. "O Brasil — disse — não é homogêneo e as bancadas do sul são mais numerosas do que as do Nordeste. Assim, não haveria um primeiro-ministro maranhense". Sarney é maranhense.

Ulysses defendeu também uma Constituição sintética, com um máximo de duzentos artigos. Segundo ele, os constituintes devem ver as instituições ao votar a Constituição e distinguir o que deve ficar restrito a leis complementares e ordinárias.

O deputado disse ainda que todos deverão saber o que é consensual, polêmico e inovação na Constituição, sugerindo que a discussão e votação do projeto siga essa ordem para facilitar os trabalhos. Segundo ele, consensual são, por exemplo, os direitos individuais. Polêmica é a discussão da reforma agrária, do parlamentarismo e do sistema tributário. Inovação é a introdução do meio ambiente e do direito de todo cidadão se informar dos dados que o governo e empresas têm sobre ele em arquivos de informática e de corrigi-los se estiverem errados.



Ulysses almoça com jornalistas no restaurante Piantella, em Brasília

Janio de Freitas

Nocaute duplo

O conflito entre os grupos de Leonel Brizola e do prefeito Saturnino Braga é dos casos mais irratificáveis e ininteligíveis da política brasileira, tal a possibilidade de encontrar razões de parte a parte para a fervera atual da animosidade mútua. Nesta invasão do PDT pela briga do gênero arquiabancada, só duas certezas se oferecem. Uma, já evidente, é a de que este confronto, seja qual for seu término, é daqueles que não têm vencedor, tantas são as perdas de um lado e de outro. A segunda, por ora menos exposta, é a de que os prejuízos maiores, se comparados os projetos de cada um e os respectivos desgastes pelo confronto, estão recaíndo em proporção muito maior sobre Brizola.

As reservas a Brizola, com suas diversas procedências e motivações, constituem um dos aspectos mais conhecidos da política brasileira, localizem-se na esquerda, na direita ou entre os liberais. Será suficiente dizer, então, que a parte das restrições referente ao estilo da liderança brizolista — o alegado caudilhismo — encontrou no conflito pedetista fortes motivos robustecer-se. Ainda inconcluído o episódio, o comportamento intempestivo de Brizola, e de muitos de seus aliados, ecoa com o pior sentido para uma candidatura à Presidência: difunde-se como demonstração final da incompatibilidade entre seu autoritarismo e a aspiração quase unânime de banir qualquer autoritarismo.

O prefeito Saturnino Braga tem à sua volta, sem dúvida, pessoas desajustadas de vê-lo ruidoso com Brizola e com o PDT. As vinditas miúdas que se tem permitido, em contraste com o alto padrão do seu comportamento normal, consolidam as afirmações de

que tem sido insuflado, mais do que decidido por reflexão própria. As perspectivas que o conflito lhe abre não são, no entanto, muito melhores do que os desserviços ao projeto brizolista. Já em dificuldades com uma Câmara de Vereadores de péssima qualidade, em caso de ruptura final com o PDT o prefeito pode até melhorar este convívio, mas padecerá o desconforto da nova inserção partidária, qualquer que seja. Se no PMDB fluminense, que já conhece do passado, pela falta de identidade com os correligionários; se no Partido Socialista, pela carência de expressão partidária e base política com vistas ao futuro.

Mas o Planalto, o PMDB de Moreira Franco e o PMDB propriamente dito, os meios de comunicação do Estado do Rio e o SNI, com o seu corolário nos outros órgãos militares — estes todos têm recebido, e de graça, motivos para estarem exultantes.

A voz do dono

Quando os empresários comunicaram ao país que os preços estavam liberados, o ministro Dilson Funaro assegurou que a partir de então o governo exercitaria a vigilância para reverter os excessos da remarcação. Reiterada a garantia pelo próprio presidente, o ministro faz agora esta observação: "Muitos preços subiram mais do que poderiam. Como cidadão, fico revoltado com preços que estão duas, três vezes mais altos do que deveriam, e sem necessidade".

Como cidadão é este o caso, mesmo: estar revoltado, embora a modéstia da multiplicação por dois ou três. E como ministro? Com a palavra, o comando do PMDB.

Sistema de governo divide peemedebistas

Da Sucursal de Brasília

O debate sobre o futuro regime de governo será o principal assunto do Congresso constituinte a partir da próxima semana, mas encontrará o PMDB dividido entre parlamentaristas e presidencialistas. Um dos pontos fortes da campanha do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), foi justamente sua

crítica à ausência de debates, dentro do partido, a respeito do regime de governo e da duração do mandato do presidente José Sarney. Quase um mês depois da eleição de Covas, porém, esse debate ainda não começou no partido.

Uma parte do grupo "moderado" do PMDB, aglutinado em torno do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), nutre

simpatias pelo regime parlamentarista. Entre eles, o próprio Mário Covas. O senador, porém, defende um parlamentarismo "mitigado" — em que o presidente da República ainda deteria uma significativa parcela de poder e seria eleito diretamente, ao contrário do parlamentarismo clássico.

Este tipo de parlamentarismo também é defendido pelo relator da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo do Congresso constituinte, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). É justamente essa comissão que tratará do debate sobre o novo regime de governo, bem como da duração do mandato do presidente Sarney. Em linhas gerais, o parlamentarismo "mitigado" é o que defende também o senador Leite Chaves (PMDB-PR).

Chaves, inclusive, está coletando assinaturas para uma proposta de emenda à atual Constituição, instituindo de imediato o parlamentarismo no país.

São contra o parlamentarismo o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC). Anteontem, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, também declarou-se contra o parlamentarismo.

Subcomissão convida entidades para debater a reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária convidou os dirigentes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Faemg) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para debaterem o assunto da reforma agrária durante reuniões a serem promovidas na próxima semana.

O primeiro encontro da subcomissão, ocorrido ontem, contou com a presença de 24 integrantes. Aldo Arantes (PC do B-GO) e Alysson Paulinelli (PFL-MG) afirmaram que a presença de parlamentares deverá ser sempre "maciça", pois "os conflitos" que serão discutidos na subcomissão fazem com que "todos fiquem vigilantes".

Os constituintes da subcomissão querem ouvir ainda, durante suas reuniões, dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibese) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), além do próprio Ministério da Reforma Agrária.

Apesar da falta de quórum para deliberar, a Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança decidiu ontem convidar um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outro da Escola Superior de Guerra (ESG) para, falarem, na próxima quarta-feira, sobre o tema "Natureza, Finalidade e Características do Estado". Durante sua reunião — que contou com a presença de dez parlamentares —, a subcomissão resolveu também definir os outros temas que serão tratados no decorrer de seus trabalhos.

Para o próximo dia 28, os integrantes da subcomissão esperam contar com outros dois convidados para falarem sobre o "Conceito de Segurança Interna e Externa", o segundo tema da pauta. Há cinco tópicos sobre o assunto: guerra, fronteira, espaço aéreo e mar territorial; o papel das Forças Armadas; conceito de segurança nacional; Justiça Militar e Serviço Militar. O terceiro ponto da pauta se refere aos "Instrumentos de Defesa do Estado".

Com apenas sete parlamentares, a Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos reuniu-se ontem pela manhã. O presidente Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) apresentou uma proposta de temas para debates que tratam, entre outros, do eleitor (idade, cabos e soldados); voto (obrigatório, universal, secreto, majoritário e proporcional); partidos políticos (livre organização, percentuais de representação), inelegibilidade e reeleição.

Exército aumenta número de assessores no Congresso

Da Sucursal de Brasília

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, aumentou de quatro para seis o número de assessores parlamentares no Congresso Nacional designados para acompanhar os trabalhos do Congresso constituinte e defender os interesses da Força. Com a implantação das comissões e subcomissões irão elaborar a nova Constituição, o ministro considerou necessária a ampliação do quadro de assessores.

A partir do início das atividades da Comissão de Sistematização, considerada a mais importante de todas, o Exército poderá selecionar um número ainda maior de oficiais para acompanhar os trabalhos dos parlamentares. É possível até que o Exército chegue a ter oito assessores no Congresso Nacional.

Já a Marinha e a Aeronáutica ainda não discutem a hipótese de também aumentar o número de seus assessores, hoje fixado em três oficiais para cada Força.